

UM CONTEXTO DE LEITURA E LEITORES: UM LUGAR DE MEMÓRIA DA CIDADE DE JARAGUÁ DO SUL (SC), 1937–1983.

GISELA EGGERT-STEINDELⁱ

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho quer relatar alguns dos dados, até aqui investigados, sobre a Biblioteca Municipal “Rui Barbosa”, instalada no Município de Jaraguá do Sul, em 1941, situada ao nordeste do Estado de Santa Catarina e refletir a gênese dessa biblioteca pública como um lugar de memória, fundamentada no pensamento de Marcel Proust e Henry Bergson, sugerido por Seixas (2001), em suas reflexões sobre memória historicizada. Este Município está historicamente ligado à Família Imperial, tendo seu desenvolvimento impulsionado pela colonização, principalmente alemã, introduzida pela Sociedade Colonizadora Hanseática em fins do século XIX, (KLUG,1994), e pelo complexo ferroviário implantado no início do século XX.(THOMÉ, 1983).

A constatação de diferentes contextos de leitura existentes, já na década de 40, permitiu estabelecer as seguintes questões neste estudo: os diferentes contextos seriam uma diversidade de estratégias adotadas pela comunidade para alimentar a cultura do livro e a prática da leitura? Como esses contextos de leitura foram alçados pelo recém criado Instituto Nacional do Livro (INL)? Este Instituto fazia uso dos contextos como forma de suprir a necessidade de práticas da leitura, até então não apreendidas pelo governo local? Qual a estratégia adotada pela intelectualidade local para construir um contexto público de leitura? Qual a representação constituída pelas autoridades locais de uma biblioteca pública? Como as autoridades no seu tempo constituíram a biblioteca pública do Município de Jaraguá de Sul? Como a comunidade jaraguense apreendeu esse contexto público de leitura? Qual seria a relação da conformação cultural desta comunidade com a constituição/construção de uma biblioteca pública.

A hipótese do estudo assume que a grande massa de imigrantes alemães introduzidos na região, a partir de 1880, com uma segunda leva a partir de 1890, bem como, imigrantes de outras origens, quer italiana, húngara ou polonesa, trouxeram semente(s) da cultura do livro e da leitura.

A delimitação para o estudo compreende, o período entre 1937-1983, data de criação do INL no Brasil e quando a primeira Secretaria de Cultura do Município contrata um profissional bibliotecário para assumir as práticas político-administrativas da biblioteca, respectivamente.

2 A ESCRITA DE UM CONTEXTO DE LEITURA

O arcabouço teórico-metodológico para investigar uma biblioteca pública no Estado de Santa Catarina é a História Cultural, abordagem que tem como “principal objetivo identificar o modo como diferentes lugares e momentos uma dada realidade social é constituída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16-7). O estudo quer dar voz às diversas práticas e representações eivadas ao longo do tempo na instalação, criação e apropriação de um espaço público dado à prática da leitura. A prática para a criação de contextos de leitura é inscrita na polifonia, como as práticas da leitura nos diferentes leitores.

O conceito de prática aqui é tomado de Certeau (1996) como sendo “maneiras de fazer” ou “artes de fazer”. Dito de outro modo, toda prática é uma representação do modo de pensar e fazer; neste raciocínio, toda representação é uma teoria da prática (Bordieu, apud BURKE, 2000. p.247).

Apreender a historicidade do lugar dessa biblioteca nos levou a buscar na obra Norbert Elias um importante aporte teórico para a compreensão das práticas e representações na constituição dessa biblioteca. O eixo central do pensamento do autor é discutir como a formação de uma nação ou qualquer outra unidade social fica sedimentada no *habitus* de seus indivíduos. E para Elias (1997, p.30) afirma que “os problemas contemporâneos de um grupo são crucialmente influenciados por seus êxitos e fracassos anteriores pelas origens ignotas de seu desenvolvimento”. Ainda, para esse autor trata-se de um método ou talvez se constitua em um processo catártico pelo qual uma nação pode conciliar-se com seu passado, de forma que a compreensão de seu desenvolvimento social possa dar uma nova compreensão de si mesmo. Na análise do processo de formação do Município em questão, identificamos alguns aspectos, quer no tempestuoso processo de fundação da Colônia Jaraguá, como na significativa herança cultural do contingente teuto-alemão existente na região, introduzida no final do século XIX, ou ainda, na conflituosa emancipação/formação política do Município nos anos 30, do século XX. Os aspectos identificados configuraram um quadro de instabilidade e descontinuidades na formação política, cultural e social da comunidade, os quais poderiam explicar algumas práticas vivenciadas no processo de instalação, criação e apropriação de um contexto público da leitura na cidade de Jaraguá do Sul. (ELIAS, 1997).

Para este estudo utilizamos como estratégia para compreender essa biblioteca como um lugar de memória da cidade de Jaraguá do Sul, as reflexões de Seixas (2001), acerca da encruzilhada memória e história, baseadas no pensamento de Proust e Henry Bergson.

Halbwachs propõe, em 1925, uma sociologia da memória coletiva – que opõe memória coletiva e história. A memória coletiva é um processo espontâneo, o qual seleciona e guarda o que possa ser útil para criar um elo entre o presente e o passado e lida com o afetivo. A história, pelo contrário, lida com o registrado interessado – racional, manipulado.

Nora é mais radical em suas reflexões sobre memória e história, ao apropriar-se das idéias de Halbwachs. Trata memória como tradição vivida; atividade espontânea e afetiva, múltipla e vulnerável; e está vinculada à tradição e ao mundo pré-industrial. A história é atividade profana, intelectualiza, sempre a questionar o passado. Tece vínculos com a modernidade e neste sentido, a história-memória é conservadora; a história-crítica é subversiva (SEIXAS, 2001). Em Nora, a história aprisiona a memória, transforma-a em memória historicizada, fazendo uso do seu pensamento. Tudo o que tomamos por memória, atualmente, em verdade é história, a qual busca seu refúgio sob o estatuto dos lugares de memórias.

Na esteira das reflexões historiográficas memória e história, Proust e Bergson utilizam os termos “memória voluntária” – a condição de história - e “memória involuntária” - no conceito de memória coletiva em Halbwachs e nesse último, é a “verdadeira memória”.

As características da memória involuntária na visão de Proust e Bergson, na função de reatualização temporal da memória em Proust e no caráter atualizador da memória em Bergson, levam Seixas (2001) a perceber que:

[...] uma outra maneira de proceder para entender as relações tecidas entre memória e história, procedimento que incorpore as descontinuidades e, sobretudo, a importância da função de atualização das experiências passadas inscritas no ato da memória.

A partir disso sugere balizar a atual problemática que historiciza a memória sem anulá-la.

O caráter atualizador da memória e o seu vínculo institutivo com a ação estão enfatizados pelos autores modernos Proust e Bachelard, entre outros pensadores, mas Bergson (apud SEIXAS, 2001, p.53) é insistente a esse respeito, afirmando que “a memória tem um destino prático, realiza a síntese do passado e do presente visando o futuro, contrai os momentos passados para deles ‘se servir’ e para que isso se manifeste em ações interessadas”.

Sendo assim, a memória carregaria um atributo ético, sugerindo condutas aos indivíduos e aos grupos sociais. No pensamento de Bergson, a memória, para além disto, viria a substituir às utopias, ou seja, “não mais as utopias, mas a(s) memória(s) estaria(m) apontando os lugares de realização histórica” (Ibidem), isto é, o investimento não estaria mais nas utopias históricas, mas essa memória projetaria para o futuro; ao atar passado e futuro em lugares de memória.

Tendo como fio condutor os conceitos da História Cultural, apoiados nos pressupostos dos autores aqui discutidos, passamos a apresentar dados acerca das práticas culturais na instalação, criação e apropriação de um contexto de leitura voltado a fomentar as práticas da leitura e refletir acerca dos contextos de leitura como lugar de memória(s), no Município de Jaraguá do Sul, do Estado de Santa Catarina.

3 ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E PRÁTICAS DA LEITURA

Partindo dos conceitos da História Cultural, os dados até aqui analisados, têm por base as Atas, os Livros de Projeto de Lei da Câmara de Vereadores, os Relatórios dos prefeitos aprovados pela Câmara Municipal, bem como, os depoimentos de fontes vivas e o título de um jornal local, de longa existência no Município, intitulado “O Correio do Povo”ⁱⁱ. Os depoimentos gravados totalizam, até o momento, um número de quatro, sendo estes: Sr. Eugênio Victor Schmöckel, autor do Projeto de Lei que liberou a fundação da atual biblioteca pública; Sra. Bel. Dirce Nunes, a primeira bibliotecária graduada que atuou na biblioteca desde 1983; Sr. Amadeu Mafhud, escrevente e escrivão; e Sra. Adalgisa T. S. Schadeck, responsável pela biblioteca no período entre 1973-1979.

3.1 Os Contextos não-Governamentais de Leitura

A leitura sistemática do “O Correio do Povo” permitiu identificar os diferentes acervos, aqui denominados contexto de leitura (SCHAPONICK, 1999). O periódico é um coadjuvante na visibilidade /difusão de títulos e outras atividades que estivessem voltadas à prática da leitura e a constituição de contextos de leitura. Lemos, já em 1937, o ritual de eleição e posse da nova Diretoria da Biblioteca Escolar “Prof. Luiz Trindade”, no Grupo Escolar Abdon Batista. Este Semanário faz campanhas com o intuito de promover o leitor e o livro. Assim, podemos ler em 21 de junho de 1941, quando movimenta a comunidade para constituir um contexto de leitura na Casa de Saúde Hospital São José – “LIVROS PARA DOENTES DO HOSPITAL SÃO JOSÉ” (CP, 23:1082, p.1, 21 jun., 1941).

O Município, na década de 40, se conforma como rural, porém com elementos estruturais urbanos capazes de propiciar a comunidade, letramento e sociabilidade. Citamos, as sociedades de tiro e a instituição com função sócio-político e cultural, que são criadas e mantidas nas regiões de colonização alemã, sendo, também, alvos do Jornal, para que nesses espaços viessem a ser criados possibilidades de leitura. Neste contexto, o atual Clube Atlético Baependi - denominado Associação Atlética Brasil - inicia, em 1943, uma campanha para criar um contexto de leitura em suas instalações. A biblioteca inicia suas atividades no ano seguinte, tendo convênio com o INL, onde divulgava

seus títulos, sua rotina e a eleição do seu bibliotecário anualmente. Esse periódico publica matérias sobre essa biblioteca até próximo à década de 70 e caracterizava-se como biblioteca semi-pública.

Outro contexto de leitura identificado através do “Jornal O Correio do Povo”, é o Departamento Cultural do Centro Excursionista de Jaraguá do Sul. Tratava-se de uma versão de práticas sociais e esportivas voltadas ao jovem urbano. O Departamento, segundo os dados noticiados, disponibilizava cerca de 250 volumes, configurando-se em mais uma possibilidade de leitura existente no Município na década de 50, isto é, há indícios para uma necessidade de espaços para tal prática, há leitores interessados em fomentar a prática da leitura.

O Correio do Povo tem, em sua linha editorial presente, o letramento da comunidade, podendo ser conceituado como uma biblioteca sem paredes e/ou um catálogo de uma biblioteca sem paredes, conforme Chartier. O livro é matéria constante em suas páginas; é apresentado como lançamento, recomendado a ler, ou onde fazer aquisição de um título (grifo nosso). Os contextos descritos acima podem ser denominados como iniciativas da comunidade, porém, os dados que seguem mostram as iniciativas do poder público local.

3.2 Os Contextos de Leitura de Iniciativa Oficial

Num fascículo de maio de 1942 podemos ler as primeiras notícias sobre a instalação de um contexto oficial de leitura - a Biblioteca do Fórum (CP, 24:1123, p.16, 10 maio., 1942). O Município com características rurais cria uma biblioteca, filha do meio urbano. O Sr. Amadeu Mafhud, esclarece que:

A biblioteca do Fórum tinha duas estantes, feitas pelo marceneiro que fez a escadaria do Fórum, o Sr. Adolf Hermann Schultz. Ele fez duas estantes com portas de vidro [presas] que a gente levantava e abaixava.[...].

Da criação de uma biblioteca pública no Município, os documentos consultados mostram um primeiro registroⁱⁱⁱ acerca de uma Biblioteca Municipal em 1943, mas sugere uma biblioteca desaparecida na sua origem. A biblioteca municipal e a baependiana anteriormente mencionada – a criada pela Associação Atlética Brasil, estavam situadas no mesmo endereço. Acredita-se em uma confusão de registros.

Em abril de 1947, o Ten. Idelfonso Juvenal, publica no “Jornal Correio do Povo” um artigo, para chamar atenção das autoridades locais, para a inexistência de uma biblioteca municipal, informando acerca do incentivo oferecido pelo INL na criação de bibliotecas municipais para cada município no País. (CP, 28, 1437, p.1, 20 jul., 1947). Como num passe de mágica, a criação de uma biblioteca municipal tornou-se realidade e, como mostram os dados em cerimônia, dita concorrida pelos políticos locais e população, as autoridades reunidas elegem seu patrono – o fundador Coronel Emilio Carlos Jourdan, mas as homenagens não param por aí. A biblioteca é criada com dez estantes, cada qual com um patrono, o número de estantes ao final da cerimônia, alcançou o número de 12 estantes – mas, elucida o Sr. Mafhud, “[...] não fizeram as estantes com os 12 patronos [...]”.

A comunidade elegeu para prefeito o Sr. Artur Müller, no início da década de 50, e tem como resposta imediata uma (re) instalação de outra biblioteca municipal. No Correio do Povo podemos ler que, em março de 1951, seria franqueada ao público a Biblioteca Municipal, reorganizada e instalada na antiga sala de obras públicas, onde ficaria acessível ao público.

No Relatório Orçamento e Leis de 1951, podemos constatar a sua implantação, com um acervo de 984 volumes, e a este foi incorporado o acervo da Biblioteca Jurídica, localizada nas dependências do Fórum da Comarca. A

visibilidade desse novo contexto de leitura é mínima. Na década de 60 o seu acervo é desmantelado pelo então prefeito Rolando Bornbusch. Um projeto-lei oficializa o soterramento dessa biblioteca dita pública, porém, com um funcionamento de características privadas. Este ato foi uma solução econômica encontrada pelo Executivo, com aval do Legislativo. Precisaram de dez anos e, ironicamente, foram chamados de “anos de chumbo”, que o executivo dá o estatuto legal uma nova biblioteca municipal.

O Município de Jaraguá do Sul completaria 100 anos de fundação na década de 70. Nas páginas do “Jornal Correio do Povo” se entrevê um certo rumor voltado para (re)instalação de instituições culturais, um movimento encadeado tentando equipar o Município de meios culturais já existentes no passado, ou ainda, instalar novas até então não cogitadas, como é o caso do Arquivo Municipal.

Em tempos do Governo Médici, assume Hans Gehard Mayer, como prefeito e Eugênio Victor Schmöckel, como vice-prefeito. No período de mandato (1970-1973), foi (re)instalada a Biblioteca Municipal, fundamentada no Projeto-Lei nº 41, de 1970, que cria a Biblioteca Pública Municipal “Rui Barbosa”. Assim, após 40 anos, a comunidade é convidada, novamente, para presenciar a abertura de mais uma biblioteca. A legalidade não poupou esta instituição em se constituir em nômade, na constante troca de endereços e não possuir, até os dias de hoje, uma sede própria.

4 CONSIDERAÇÕES

Os dados parciais desta pesquisa mostram que a prática da leitura é latente na comunidade, isto é, perceptível através das inúmeras e diferentes iniciativas criadas como possibilidade à prática da leitura e o livro, como constante objeto de matéria do Jornal local. Então, as diferentes iniciativas indicam, de certa forma, que essa comunidade constrói suas estratégias para fomentar a cultura do livro e da leitura, tendo em vista a pouca sensibilidade do governo local.

Os dados, por outro lado, mostram que a Biblioteca Municipal é construída sob o alicerce da descontinuidade e instabilidade ao longo do tempo, ou seja, o elo entre esse **contexto de leitura** com a **biblioteca municipal** e a **comunidade**, se constrói muito frágil, constante e repetidamente quebrados, resultando em uma fragilidade que impede o consumo deste bem cultural e, conseqüentemente, não se estabelecem cadeias temporais de necessidades entre o produtor e o consumidor cultural - presente e futuro.

Finalizando, essas reflexões sobre memória historicizada e o caminho apontado para esta encruzilhada memória e história citadas por Seixas (2001), quer sugerir o percurso dessa Biblioteca, estampado pelo conjunto da documentação, auxiliado pelas entrevistas como um “lugar de memória”, às práticas de criação, instalação e manutenção de contextos de leitura, quer no âmbito das iniciativas particulares ou públicas do Município de Jaraguá do Sul. A historicidade revelada a partir dos documentos e falas quer constituir um “lugar de memória”, no sentido de reunir um conjunto de condutas as quais não poderão ser adotadas no tempo presente. Esta memória – história - pode alertar para as atuais práticas que possam implicar em perdas futuras, isto é, esse “lugar de memória” quer constituir-se em uma estratégia capaz de induzir condutas voltadas à Biblioteca Pública Municipal “Rui Barbosa”, num movimento presente-passado, passado-presente-futuro.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **Variiedades de história cultural**. Rio de Janeiro : civilização Brasileira, 2000. p.247.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 5.ed. Petrópolis : Vozes, 2000.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores... 2. ed. Brasília: UnB, 1998.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a revolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1997.

KLUG, João. **Imigração e luteranismo**. Florianópolis: Papa Livro, 1994.

SCHAPONICK, Nelson. **Os jardins das delícias**: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial. 181f. Tese. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001. p.37-58.

ⁱ Mestre em Ciência da Informação, UFMG; Doutoranda em Educação, USP; Profa. do Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) - Rua Saldanha Marinho, nº 196, Centro, CEP 88.010-450, Florianópolis/SC. Endereço eletrônico: eggertq@matrix.com.br

ⁱⁱ Semanário mais antigo de Santa Catarina, criado em 1919 por Venâncio da Silva Porto. Desde 1919 dirigido por Artur Mulher, até 1936. Interinamente, entre 1931-1934, Honorato Tomelin assumiu a direção entre 1937-1943. Mas, em 1943, novamente Artur Mulher voltou a direção do Jornal até 1957, quando veio a falecer. Paulino Petri sucedeu a Artur até 1958. O Semanário passou à direção e gerência para Eugênio Victor Schmöckel, desde 19 de setembro de 1959, é ele quem dirige o Jornal até os dias de hoje, auxiliado por Francisco Alves.

ⁱⁱⁱ Documento avulso disponível no Museu Municipal de Jaraguá do Sul. Organizado pelo Agente Estatístico Sr. Emilio da Silva.